



Igualdade de Género - Legislação

Código do Trabalho

- Código do trabalho

<http://www.cite.gov.pt/asstscite/downloads/legislacao/CodigoTrabalho2009.pdf>

- Constituição da República Portuguesa (art.º 9, 13, 26, 36, 47, 49, 53, 58, 59, 64, 67, 68, 74 e 109)

<http://dre.pt/comum/html/legis/crp.html>

- Lei nº 59/2008, de 11 de setembro - Aprova o regime de contrato de trabalho em funções públicas

<http://dre.pt/pdf1s/2008/09/17600/0652406630.pdf>

Promoção da igualdade laboral entre homens e mulheres.

Resolução da Assembleia da República n.º 41/2013, de 3 de abril

Promoção da igualdade laboral entre homens e mulheres.

Portaria n.º 139/2013 | Resolução 41/2013

Igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres no trabalho, emprego e na formação profissional

Portaria n.º 106/2013, de 14 de março

Cria a medida Estímulo 2013, que consiste na concessão, ao empregador, de um apoio financeiro à celebração de contrato de trabalho com desempregado inscrito em centro de emprego ou centro de emprego e formação profissional, com a obrigação de proporcionar formação profissional



Portaria n.º 106/2013

Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2013

O Programa do XIX Governo Constitucional determina a execução de políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção da igualdade de género, expressamente reconhecendo que a valorização da igualdade de género como uma pré-condição para um crescimento sustentável e para a promoção do emprego e da solidariedade.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2013

Decreto-Lei nº 329/79, de 20 de setembro

Garante às mulheres a igualdade com os homens em oportunidades e tratamento no trabalho e no emprego

http://www.cite.gov.pt/Legis_Nac/ArquivoLN/LeisArqLN/DL_392_79.htm

Lei nº 14/2008, de 12 de março

Proíbe e sanciona a discriminação em função do sexo no acesso a bens e serviços e seu fornecimento.

<http://dre.pt/pdf1s/2008/03/05100/0156101563.pdf>

Lei nº 105/97, de 13 de Setembro

Garante o direito à igualdade de tratamento no trabalho e no emprego

http://www.vetbiblios.pt/ADMINISTRACAO_PUBLICA/Recrutamento_e_Seleccao/Lei_105-97_13-09.pdf

Lei nº 9/2001, de 21 de maio

Reforça os mecanismos de fiscalização e punição de práticas laborais discriminatórias em função do sexo

<http://www.dre.pt/pdf1s/2001/05/117A00/29442945.pdf>



Lei orgânica nº 3/2006, de 21 de agosto

Lei da paridade: estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos.

<http://dre.pt/pdf1sdip/2006/08/16000/58965897.pdf>

Vítimas de violência doméstica

Lei nº 7/2001, de 11 de maio

Adota medidas de proteção das uniões de facto

<http://dre.pt/pdf1sdip/2001/05/109A00/27972798.pdf>

Lei nº 23/2010, de 30 de agosto

Altera a Lei nº 7/2001, de 11 de maio, que adota medidas de proteção das uniões de facto

<http://dre.pt/pdf1sdip/2010/08/16800/0376403768.pdf>

Lei nº 61/2008, de 31 de outubro

Altera o regime jurídico do divórcio

<http://dre.pt/pdf1sdip/2010/04/17800/0624106246.pdf>

Define o estatuto de vítima de violência doméstica.

http://www.apav.pt/portal/pdf/modelo_estatuto_vd.pdf

Lei nº 104/2009, de 14 de setembro

Aprova o regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica.

<http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/17800/0624106246.pdf>



Lei nº 112/2009, de 16 de setembro

Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas.

<http://www.apav.pt/portal/pdf/0655006561.pdf>

Lei nº 19/2013, 21 de fevereiro

29.^a Alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, e primeira alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas.



Parentalidade

Portaria nº 249/2011, de 22 de junho

Aprova os modelos de requerimento do rendimento social de inserção, do abono de família pré-natal e abono de família para crianças e jovens, bem como da declaração da composição e rendimentos do agregado familiar, e revoga a Portaria nº 598/2010, de 2 de agosto.

<http://dre.pt/pdf1sdip/2011/06/11900/0373403737.pdf>

Decreto-Lei nº 70/2010, de 16 de junho, alterado pela lei nº 15/2011, de 3 de maio

Estabelece as regras para a determinação da condição de recursos a ter em conta na atribuição e manutenção das prestações do subsistema de proteção familiar e do subsistema de solidariedade.

<http://dre.pt/pdf1sdip/2010/06/11500/0208102089.pdf>

Decreto-Lei nº 91/2009, de 9 de abril

Estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade

<http://dre.pt/pdf1s/2009/04/07000/0219402206.pdf>

Lei nº 53-B/2006, de 29 de dezembro

Cria o Indexante dos Apoios Sociais (IAS), regula a sua atualização bem como a das pensões e outras prestações sociais do sistema de segurança social

http://www.dgap.gov.pt/upload/Legis/2006_lei_53_b_29_12.pdf

Decreto-Lei nº 70/2000, de 4 de maio

Proteção na maternidade e na paternidade

<http://www.fc.up.pt/leis/DL.70.2000.PDF>

Decreto-Lei nº 91/2009

Proteção social na parentalidade

<http://dre.pt/pdf1s/2009/04/07000/0219402206.pdf>



Decreto-Lei nº 89/2009, de 9 de abril

Revoga o Dec. Lei n.º 135/85, de 3 de Maio, e regulamenta o regime de proteção da maternidade e da paternidade, na parte aplicável aos trabalhadores da Administração Pública

http://www.dgap.gov.pt/upload/Legis/2009_dl_89_09_04.pdf

Portaria nº 229/96, de 26 de junho

Fixa os agentes, processos e condições de trabalho proibidos ou condicionados às mulheres grávidas, puérperas e lactantes

<http://www.dre.pt/pdf1sdip/1996/06/146b00/16221624.pdf>

Decreto-Lei nº 347/98, de 9 de novembro (Altera o Decreto-Lei n.º 154/88, de 29 de Abril)

Define e regulamenta o subsídio para assistência a filhos, adotados ou filhos de cônjuge do beneficiário que sejam deficientes profundos ou doentes crónicos.

<http://dre.pt/pdf1s/2008/06/12100/0382203826.pdf>

Lei nº 90/2001, de 20 de agosto

Define medidas de apoio social às mães e aos pais estudantes

http://juventude.gov.pt/MigratedResources/461000/461007_Lei90_2001.pdf

dre.pt/pdf1s/2008/10/21200/0763307638.pdf